



A MULHER NA MIRA DO DISCURSO DISCIPLINADOR DO JORNAL O NORDESTE (1920 A 1940) ¹

Erotilde Honório Silva- Universidade de Fortaleza²

Tânia Cristina Tavares de Andrade Furtado- Universidade de Fortaleza³

RESUMO

Esposa, mãe, dona-de-casa, "rainha do lar" - eis as várias facetas de um mesmo rosto, o da mulher cearense das primeiras décadas do século XX, urbana, de classe média ou alta, católica, pilar "da moral e dos bons costumes". É essa mulher recatada, praticamente reclusa à "prisão" do espaço doméstico, igualmente encarcerada nos papéis a ela atribuídos socialmente, que aparece nas páginas do jornal *O Nordeste* como "filha de Eva". O tema central deste trabalho é o papel exercido pelo dário, porta-voz oficioso da Arquidiocese de Fortaleza, sobre as mulheres nas décadas de 1920 a 1940. A análise centra-se no conteúdo jornalístico, nos leitores a que se dirige, em que enquadramento os situam e com que autoridade e legitimidade o discurso é apresentado.

Palavras- Chave: jornalismo; gênero; opinião; catolicismo; discurso.

A MULHER NA MIRA DO DISCURSO DISCIPLINADOR DO JORNAL O NORDESTE (1920 A 1940)

A censura tem acompanhado os agrupamentos humanos desde a sua origem. Ela existiu na Grécia, quando Sólon resolve instituir o concurso público na Acrópole, para os dramas, e elabora critérios que exigem dos dramaturgos o respeito aos princípios morais da sociedade grega. O teatro feito à revelia, no entender do Estado, poria em risco a manutenção da ordem instituída e a permanência da visão dominante. Ainda “no século VI a. C., Zeleuco de Locros publicou uma lei, na Grécia Antiga, proibindo falar mal do governo e da cidade” (KARAM, 1997:25).

Assim, onde quer que ela seja aplicada, a censura tem como objetivo fiscalizar e naturalmente reprimir opiniões contrárias ao *stablishment*. As idéias que divergem do modo de pensar de uma sociedade são denominadas de crime, pecado, subversão, e as punições variam do desterro à prisão ou até à morte, como foi o caso de Sófocles, jovem filósofo, obrigado a beber cicuta por pensar e agir diferente da sociedade ateniense. Na

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Jornalismo do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM.

² Graduada em Comunicação Social, Mestre e Doutora em Sociologia pela UFC. Professora Titular da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Coordenadora do Curso de Jornalismo da Unifor. Coordenadora da Pesquisa Memória da Radiodifusão Cearense.

³ Graduada em Comunicação Social. Especialista em História da Cultura pela FIC. Professora Auxiliar da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Membro do Conselho de Ética da Fenarj.



Idade Média, a Igreja se apercebeu de que as informações repassadas pela imprensa para um público cada vez maior abriam precedentes à dúvida e contestações, elementos perigosos para os fiéis, que poderiam afastar-se do cumprimento dos seus deveres morais e questionar os dogmas da fé católica.

“... o Concílio de Latrão, em 1512, muito atento instituiu a censura no mundo católico. Essa orientação se confirmou com o Concílio de Trento, 1545 a 1563, demonstrando que, em matéria de censura, a Igreja antecipou-se ao Estado. Mesmo quando, pela primeira vez, em Portugal o Estado ditou normas sobre os impressos, sua preocupação predominante e ostensiva foi a de salvaguardar as coisas da fé” (COSTELLA, 1970:2).

A Igreja na Idade Média pregava uma rígida concepção de mundo, imposta pelo Santo Ofício, e aqueles que porventura caíssem em desobediência ou fossem apontados como infratores eram apenados com a prisão ou a morte na fogueira da Inquisição. A censura religiosa expressa no *Index librorum prohibitorum*, relação de obras de leitura proibida aos fiéis, determinou a partir de Portugal a criação da censura política que se estendeu ao Brasil colonial. Para Tragtenberg (http://www.espacoacademico.com.br/22mt_081277.htm - Copyright © 2001-2003 -) “toda censura é política, por ocupar determinado espaço e pelo seu papel no âmbito do Estado, onde cumpre uma das funções estatais, a função repressiva.” Com esta visão repressora e restritiva Portugal tratava todo e qualquer impresso que pudesse chegar ao Brasil colônia. Somente com a mudança da Corte para o Rio de Janeiro a imprensa passa a ser permitida, sob forte vigilância. “Embora sob o guante da censura, a verdade é que a partir dessa época a imprensa estabeleceu-se no Brasil de maneira irreversível.” (COSTELLA,1970:21).

Percorrendo a história da imprensa brasileira pesquisada por autores como Antônio F. Costella (1970), Nelson Werneck Sodré (1966), Juarez Bahia (1960), a censura é registrada em alguns períodos de forma exacerbada; em outros, camuflada. Os períodos nos quais o controle do Estado sobre os veículos de comunicação de massa mostrou-se mais forte foram no Governo Vargas (1937-1945) e na ditadura militar de 1968 a 1978. Em cada uma das fases e das atividades da imprensa, seja rádio, jornal, televisão, uma análise mais acurada revela o quanto o direito à informação “ é requisito indispensável para que o sujeito que se constrói com os outros cotidianamente não seja um mero apêndice encostado na sociedade (KARAM, 1997:24)



Os censores responsáveis pela legalidade institucionalizada elaboram uma justificativa ética do modo corrente de pensar e a estendem aos cidadãos; dessa forma, um pensamento diferente deve ser combatido e extirpado para o benefício coletivo. A censura do Estado não é a única que atinge a imprensa. Em cada período histórico e em cada sociedade as regras da boa convivência social são respeitadas, determinados assuntos são vetados e a moral vigente que se quer perpetuar é reproduzida pelos meios de comunicação de massa. É assim que encontramos no diário católico *O Nordeste* elementos de uma censura moral e religiosa que tinha como meta controlar e manipular a mulher cearense, na forma de vestir, no comportamento, e no trato com o próprio corpo. A disseminação das informações objetivava formar uma opinião pública que consolidasse na família e na sociedade os valores morais e religiosos ali expressos.

A transição da família feudal para a família burguesa moderna foi bastante ampla, envolvendo desde relações de produção à constituição de subjetividades. Maria Lúcia Rocha Coutinho (1994) explica que, só a partir da ascensão da burguesia e com o aparecimento da sociedade industrial e do capitalismo, há o confinamento da mulher à esfera doméstica, como dona-de-casa, esposa e mãe. Junto com o novo tipo de família (nuclear), surge uma configuração diferenciada de matrimônio - o casamento com amor.

Para Rocha-Coutinho, a revolução sentimental do Século XVIII - expressão cunhada por Shorter -, responsável pelo aparecimento do amor materno, do amor conjugal e do sentimento doméstico de intimidade, é consequência do Iluminismo, que pregava idéias de igualdade e felicidade individual.

Tradicionalmente os papéis atribuídos à mulher parecem ser tão naturais que qualquer questionamento torna-se inconcebível; no entanto, esses papéis são naturalizados porque não passam de uma construção social. Rocha-Coutinho frisa que isso só não é facilmente identificado porque é legitimado por discursos científicos e filosóficos tradicionais, além de discursos políticos, religiosos e jornalísticos hegemônicos. Segundo a autora, esses discursos conformam a subjetividade feminina e são reproduzidos pela própria mulher.

Os ares da modernidade sopravam timidamente em Fortaleza, na década de 1920 (iriam ganhar força e velocidade na década de 1940), mas já esbarravam na tradição cristã preocupada com a manutenção dos "bons costumes". Em um contexto de reforço à moral, uma vez que esta era um dos princípios norteadores de *O Nordeste*, a figura da mulher ganha importância como alvo de disciplinamento, preleções, conselhos, advertências. Fazendo uma leitura do texto e das entrelinhas dos editoriais,



crônicas e artigos do jornal, entende-se que havia, naquela época, subversões das regras estabelecidas pela Igreja católica. Se não existissem transgressões, não haveria necessidade de reprimendas, ameaças e aconselhamentos, com o intuito de que a mulher esquecesse os encantos da rua e voltasse a ser uma exemplar "rainha do lar". A emancipação da mulher é diretamente proporcional ao índice de repressão, o que pode ser percebido nas denúncias feitas pelo jornal.

Nas páginas de *O Nordeste*, a mulher reprimida, enquadrada, tolhida, é um sujeito que, mesmo amordaçado pelas regras morais impostas, era percebida como ameaça aos homens conservadores, exacerbadamente ligados às tradições, que não aceitavam modismos. A família, na visão dos homens (esposos e pais), deveria ser a única razão da vida das mulheres. Qualquer outro desejo era encarado como futilidade ou mesmo desvario.

Faço uma triagem e classifico o material pesquisado em categorias para o desenvolvimento deste trabalho: moda, lazer, casamento, papel da mulher e do homem na família. Vale ressaltar que essas categorias não estão relacionadas à frequência e à quantidade de vezes em que os assuntos acima relacionados apareciam no jornal.

O material de *O Nordeste* que versava sobre a mulher era redigido em forma de artigos e crônicas (assinados, às vezes, por pseudônimos ou iniciais dos autores), notas (notícias breves) e editoriais (também chamados artigos de fundo, que expressam a opinião do próprio jornal).

Quando andar na moda é pecado

Em uma crônica publicada no dia primeiro de julho de 1924, na primeira página do jornal *O Nordeste*, intitulada "Corto ou não corto o cabelo?", é contada a história de uma moça que vai consultar o tio para saber se deve ou não cortar o cabelo. A resposta veio em tom grave, até ameaçador:

(...) o mal, minha filha, é romper com uma tradição de austera dignidade nos nossos costumes (...), é privar a mulher de um de seus mais encantadores adornos, despojá-la de um dos mais graciosos dons com que a dotou o Creador; é candidatar-se a *titia* (grifo do próprio jornal) porque uma bella cabelleira preta, castanha, loura, basta e comprida, é mais capaz de fazer uma conquista (...) Seria um vandalismo. Depois, minha sobrinha é religiosa (...) Um certo concílio ameaça com anathema as mulheres que cortam os cabellos. (Jornal *O Nordeste*, p.01, 01/07/1924)

O cronista, que só assina com as iniciais I.L., colocou-se, provavelmente, no lugar do tio que aconselhava a jovem a não cortar o cabelo, camuflando num diálogo um severo discurso moralizante e disciplinador. Nada sutis eram as ameaças e penas, caso o "conselho" (mais parecido com uma ordem) fosse desobedecido. Analisando como os discursos sobre a beleza na primeira metade do século XX se aliavam às regras da moral católica, Denise Bernuzzi de Sant'anna (1995) esclarece:

(...) apesar dos apelos publicitários em tomo da cura dos problemas de beleza, apesar dos remédios existentes para embelezar a mulher como num passe de mágica, prevalece a convicção de que a verdadeira beleza é fornecida por Deus. Ou seja, a beleza é considerada um dom, muito mais do que uma conquista individual. (SANT'ANNA, 1995: 125)

Uma leitura mais acurada dessa crônica mostra que as mulheres da época estavam aderindo ao modismo de cabelos curtos, o que contrariava a Igreja. Margareth Rago (1994) diz que a mulher moderna contrasta radicalmente com a figura "ingênua, débil e sonhadora da mocinha romântica do passado". Sinal dos tempos: "O piano foi trocado pelo esporte, na era do rádio e da vitrola; as longas tranças pelos cabelos curtos colados à cabeça (grifo meu); o roupão de banho pelo 'maillot' curto e 'revolucionariamente vermelho'. (RAGO, 1994: 38)

O historiador Sebastião Rogério Ponte (2002) confirma que nos anos 1920, em Fortaleza, ocorre uma mudança radical nos costumes e no modo de vestir das mulheres: "A nova moda, escandalosa e ousada, traduziu-se no uso de vestidos curtos (um pouco abaixo dos joelhos) e sem mangas, e o corte de cabelo curto, igual aos dos rapazes, - o cabelo à la garçonne. (grifo meu)" (PONTE, 2002:186). Ponte conta ainda que duas revistas de moda e atualidades, lançadas respectivamente em 1924 e 1926, que ele considera sofisticadas - *A Jandaia* e *Ba-Ta-Clan* - abordavam, em suas edições, as novas e audaciosas modas femininas.

Ainda no mês de julho de 1924, outro texto chama a atenção, apesar de ser uma breve notícia internacional. Desta vez, refere-se ao modo como algumas mulheres vestiam-se, ao frequentar a igreja. A manchete, por si só, já atrai: *Mulheres indecentes expulsas dum templo*. Eis o texto da nota:

Roma,14. Durante a celebração da Missa, na igreja de Praxedes, o Padre Pierani negou-se a administrar a Eucaristia a duas senhoras, que, a seu juízo, não se achavam decentemente trajadas. O referido sacerdote censurou a falta de respeito das duas senhoras, e mandou-as expulsar do templo. (Jornal *O Nordeste*, Julho de 1924)

Algumas questões podem ser deduzidas a partir dessa nota. Mesmo o fato tendo acontecido na Itália, o jornal católico de Fortaleza decidiu publicar a notícia, possivelmente como forma de alerta às mulheres da nossa sociedade, para que se trajem com "decência" nas igrejas. O leitor é levado a concluir que, se as cearenses não mantivessem a compostura, corriam o risco de serem humilhadas com a expulsão dos templos católicos locais, tal qual acontecera em Roma.

Saia curta, blusa decotada ou que deixava ombros à mostra, roupa com tecido transparente - esse era o tipo de vestimenta que deveria ser considerado indecente na época, capaz de provocar a censura do corpo eclesiástico e dos leigos conservadores.

Segundo o historiador Sebastião Rogério Ponte, aderindo aos modismos, as mulheres livram-se da aparência que as marcou durante séculos: " (...) as longas madeixas, e os vestidos balões a cobrir pernas e braços, em que vislumbrar o tornozelo feminino era o máximo de *frisson* erótico que os homens podiam obter". (PONTE, 2002:186) Essa "nova mulher" desagradava aos pais, namorados, noivos e maridos, porque passa a constituir-se uma ameaça à autoridade masculina.

A influência era externa, mas a divulgação se dava pela imprensa local. Sebastião Rogério Ponte afirma que os jornais da cidade tratavam de reproduzir periodicamente artigos da imprensa do sul do país, que abordavam a evolução da moda europeia, particularmente da francesa. De acordo com o historiador, desde 1869, o jornal *Cearense* já tinha uma seção intitulada "Modas", em que eram descritas as últimas novidades parisienses que aportavam no Rio de Janeiro ou no Recife.

Em um artigo publicado em setembro de 1924, em *O Nordeste*, o autor - que apenas se identifica com as iniciais A.M. - critica as mulheres que aderem à moda (entendida como uma estratégia de sedução): "A paixão pela moda, não é por outro motivo, tem-se tomado uma como doença de que é atacado horivelmente o chamado bello sexo, apesar dos protestos da medicina e da moral (...)" (Jornal *O Nordeste*, setembro de 1924). O escritor condena o uso do corpete com aspás de aço. Se, antes, a saúde era sacrificada, por exigência da moda, "presentemente, (as mulheres) maltratam a alma, sacrificando o pudor, que, diante da nudez, já não existe. E, com a moda actual, foi-se um dos maiores encantos e virtudes da mulher (...)". (Jornal *O Nordeste*, setembro de 1924)

O escândalo provocado pela moda é grande, segundo o articulista: "Commentarios os mais picantes é o que se ouve por toda parte, a proposito da

seminudez que se ostenta, affrontando o decoro publico e provocando as mais graves censuras (...)" (Jornal *O Nordeste*, setembro de 1924) Vestindo-se e comportando-se de acordo com a moda, os católicos temem que a mulher "de família" seja confundida com a prostituta:

A mulher, seja irmã, filha ou esposa, queremos dizer a mulher de família, valerá, para os viciados frequentadores de casas suspeitas e *cabarets*, o mesmo que as outras companheiras suas de orgia? Não o cremos, mas a tendência, desde que a corrupção invade tudo, é para o nivelamento humilhante e dissolvente. (Jornal *O Nordeste*, setembro de 1924)

O *Nordeste* chega a relatar costumes considerados "afrontosos" na cidade. De acordo com Araújo (1995), a moda é o assunto preferido na explicação da desarmonia social. O autor afirma que, para variar, a mulher é o alvo (para não dizer "bode expiatório") da chamada "degenerescência social", apesar de a moda atingir tanto o sexo masculino quanto o feminino. Aponta Araújo: "a denúncia recai sobre a mania de andar sem meias, a substituição do véu branco pelo lenço do cigano, trazendo a deselegância para a piedade, os vestidos encurtam e são transformados em 'sombriinhas'." (ARAÚJO, 1995: 123)

Em outro artigo intitulado "O Mundo da Mulher", publicado em *O Nordeste* no dia 10 de maio de 1940, o comportamento das mocinhas da sociedade é condenado: "(...) fogem dos jardins de seus lares, apresentam-se em plena praça pública e perambulam em todos os becos e vielas numa exibição de roupas decotadas e quase sempre provocantes." (Jornal *O Nordeste*, 10/05/1940) A restauração da sobriedade e do recato toma-se mais do que necessária.

Abaixo o Casamento!

Em um artigo assinado por Soares d' Azevedo, na primeira página da edição do dia seis de agosto de 1924, publicado na seção Notas Cariocas, de *O Nordeste*, é discutida uma suposta "crise do casamento". Diz o autor: "O matrimonio, para esta sociedade egoísta que quer viver por viver, é um peso. As mulheres fogem horrorizadas dos dissabores da gestação e dos dolorosos trabalhos de parto". (Jornal *O Nordeste*, p.01, 06/08/1924)

O articulista conta ainda que há uma "crise de casas". O redator não é claro



sobre o seu significado, mas supomos que a expressão é usada no sentido de que um cônjuge seria um novo morador na mesma residência, uma vez que um jovem casal não tinha condições financeiras de ter sua própria casa, logo após o matrimônio. O recém-casado acarretaria despesas para a família que o acolhe e, com o nascimento do primeiro filho, os gastos aumentariam ainda mais:

(...) um novo hóspede é um novo leito e mais tarde um novo quarto, um novo prato, uma nova verba para o collegio, um accrescimo na loja de calçado(...). Uma criança é um impecilho: não há dinheiro para amas e os patrões têm as suas visitas, os seus theatros, os seus compromissos de sociedade. Fora com o casamento! (Jornal *O Nordeste*, p.01, 06/08/1924)

Soares d' Azevedo relata que as moças francesas só querem se casar com quem tiver "uma situação", o que significa "bens de fortuna". No Rio de Janeiro, segundo o mesmo autor, muitas mães andam pelas ruas "de lanterna na mão" atrás de marido para as filhas, mas não encontram. Diz Azevedo: "Os rapazes de hoje não querem casar. Que a vida está difficil. Que não há casas. Que perdem a sua liberdade(...)" (Jornal *O Nordeste*, p.01, 06/08/1924)

O articulista relata um diálogo entre dois rapazes em que um, que morava em uma pensão, foi aconselhado a casar-se, depois de ficar doente - de cama - durante 18 dias: "- Isso queria eu, mas tu me arranja uma esposa? Uma esposa que não me esfole, que não abandone os filhos, pelas casas de chá, que saiba ser dona de casa, que trabalhe, que não se pinte, que abomine o carnaval, que..." (*as reticências são do próprio autor do texto*). (Jornal *O Nordeste*, p.01, 06/08/1924)

Para o articulista, isto é a crise do próprio casamento:

(..) porque estes homens de hoje se acovardam para as responsabilidades de família, e não se acovardam para as noitadas de jogo e as madrugadas de *cabaret*. (...) porque o homem não quer demorar-se a olhar para o seu interior, não quer attentar na significação e no fim da vida, quer correr, voar, com a velocidade do som, com a velocidade da luz. (Jornal *O Nordeste*, p.01, 06/08/1924)

O consumismo exagerado das mulheres, incitado pelas novidades da moda (muitas vezes vindas de Paris) era outro motivo que desanimava os homens a enfrentar o compromisso do casamento. O historiador Sebastião Rogério Ponte (2001) conta que, no final do século XIX, a febre consumista era tão grande que inspirou um poeta

anônimo a escrever uma poesia bem humorada, publicada em 1900, sobre "as despesas que a insaciabilidade feminina causava aos bolsos de seus amados". (PONTE, 2001: 154)

Margareth Rago (1994) aponta uma das razões pelas quais os moços das primeiras décadas do século XX encontravam-se desmotivados para o matrimônio: "(...) Também os homens passam a descreer da opção pelo casamento, entendendo que, à medida que a modernização avança, já não encontrarão a réplica de suas mães numa futura esposa, transformada agora em concorrente profissional." (RAGO, 1994: 30). De acordo com *O Nordeste*, há uma repulsa, por parte dos católicos, ao modelo da esposa que não incorpora o papel de "rainha do lar" e sim o da mãe dita moderna. Este tipo de mãe é aquele que, segundo Rago, "(...) não hesita em aproveitar a vida, viajando com o marido para o exterior, circulando sem culpa pelos salões de chá e festas da cidade, enquanto os filhos permanecem sob os cuidados das pajens, ou dos colégios (...)" (RAGO, 1994: 38). Ainda conforme Rago, a "mãe moderna", na década de 1930, ridiculariza a mãe antiga, exclusivamente dedicada à prole e ao marido indiferente.

Erick Assis de Araújo, que estudou a situação feminina em Fortaleza na década de 1940, relata que as mulheres abalaram a concepção vigente de casamento e, principalmente, o significado da família, em um período de conflito no campo moral. É importante contextualizar que, nessa época, a mão-de-obra feminina começa a aumentar no mercado de trabalho. Isso significa que a produção, antes monopólio dos homens, passa a ser socializada com as mulheres. De acordo com a leitura das páginas do jornal católico, para algumas mulheres, o trabalho surge como uma perspectiva mais vantajosa que o casamento. No artigo "Por Covardia dos Homens", publicado em abril de 1944, são abordadas as mudanças que envolvem a idéia de casamento e a concepção de liberdade:

Distinta senhorinha, de nossa melhor sociedade e funcionária prestimosa, chamou-me a atenção para o fato, afirmando que hoje em dia um emprego de quatrocentos cruzeiros mensais apresentava às jovens maiores vantagens que um marido. Este nem sempre corresponde, as mais das vezes é ciumento, outras não compreende os 'largos ideais de liberdade', de sua esposa, não preenchendo portanto os requisitos exigidos pela moça moderna... Com quatrocentos cruzeiros a coisa é diferente! A vespéral do 'Diogo'(Cine), a laranjada do 'Jangadeiro', o 'flirt' com um ianque que passa; para que mais? (Jornal *O Nordeste*, p.02, 20/04/ 1944)

O historiador conta que a nova mentalidade, expressa no artigo acima,



provocava impacto, em plena Fortaleza dos anos 1940, em muitas cabeças "esclarecidas". Araújo encara esse posicionamento feminino como um fato político que representa mudança de comportamento e provoca uma redefinição de estratégias dos críticos.

O pesquisador lança uma luz, inclusive, sobre o título do artigo do jornal ("Por Covardia dos Homens"): "(...) Toda esta passagem da mulher, do lar para o trabalho, foi ocasionada, de certa forma, por uma concessão do homem, pois a 'rapaziada' estaria encarando o casamento como uma escravidão, e, por isso, liberaria as mulheres para um trabalho." (ARAÚJO, 1995: 139-140)

A mulher considerada moderna, cujos hábitos são tão temidos pela Igreja, fuge, portanto, daquele modelo tradicional de mulher, que procurava um "príncipe encantado" e sonhava com o casamento como um ideal de felicidade. Decidida a se realizar também no trabalho, a mulher rejeita o claustro da esfera doméstica e ganha cada vez mais espaço na esfera pública. Os homens mais conservadores ficam apavorados com tamanha "ousadia". É o que fica claro na conclusão do artigo de Soares d' Ázevedo: (...) e já se prega - meu Deus, estremeço de horror! - já se prega a abolição dos casamentos nas capitais (...) (Jornal *O Nordeste*, p.01, 06/08/1924)

Perigo no Cinema

A partir da leitura do diário católico, podemos deduzir que as mulheres de classe média e alta das décadas de 1930 e 1940 estavam renunciando à monotonia de relacionamentos insossos e ao cotidiano cheio de tédio. Em vez das tarefas domésticas, elas preferiam a vida social, recheada com os encantamentos das festas "mundanas"; trocavam as obrigações de casa pelos "compromissos de lazer".

Parte da responsabilidade por esse movimento das mulheres em direção à rua pode ser atribuída à cultura de massa. Segundo Maria Ignez Machado Borges Pinto (1999), "(...) a publicidade e o cinema, jogando com a fantasia e a excitação, permitiram que as mulheres imaginassem um fim para o enfadonho trabalho doméstico e para o desejo crônico". (BORGES PINTO, 1999:152) Ainda de acordo com a autora, os "modernismos" nas indumentárias e nas atitudes femininas eram oriundos, na maioria das vezes, do cinema, que "virava a cabeça" das mocinhas da época. Não é à toa, portanto, que, em edições da década de 1930, o jornal *O Nordeste* trazia na sua primeira página notas cujos textos não recomendavam (para não dizer "censuravam") fitas



exibidas nos cines de Fortaleza na época.

Em nota publicada em 11/01/1932, o jornal condena o filme "Amor de Satan", que estava sendo exibido no Cine Moderno: "Além do enredo leviano e tolo, a fita é altamente inconveniente". (Jornal *O Nordeste*, 11/01/1932)

Em alguns casos, o crítico de cinema do jornal - Luís Sucupira - era bem explícito na sua "não-recomendação". Foi o que aconteceu na análise do filme "Ébrios de Amor", exibido no Cine Moderno, também em janeiro de 1932: "Embora de maneira geral passável, contem cenas de inconveniente leviandade e desenvoltura de costumes, que não nos permitem recomendá-lo. (Jornal *O Nordeste*, janeiro de 1932)

Como parceiro da "mulher moderna", o cinema tomava-se perigoso para os católicos moralistas. Borges Pinto (1999) aponta que o cinema se destacava como "comissão de frente" desse novo mundo dito moderno, um "abre-alas" capaz de encantar quem queria escapar do marasmo da vida tradicional:

o deslumbramento frenético pelo moderno e pela novidade, o desenvolvimento das tecnologias de lazer bem como os novos ritmos urbanos emergentes corroboram de certa forma para que o cinema seja visto como o corolário da modernidade, como a encarnação do futuro(...) (BORGES PINTO, 1999:147)

A autora afirma que no Brasil, na década de 1920, as películas exibidas nas salas de projeção eram, na maioria, norte-americanas. A Europa - mais precisamente Paris - perdeu, nessa época, o *status* de eixo de vanguarda e divulgador das influências de modernidade, urbanidade e civilidade para os Estados Unidos. A América representava um mundo em que a tradição e as raízes aristocráticas não pesavam tanto e que, ao contrário do Velho Continente, valorizava o novo, o desprezioso e o moderno.

A pesquisadora faz a ressalva de que a realidade vivenciada pela burguesia das duas maiores cidades do período - Rio de Janeiro e São Paulo - não era válida para a grande maioria dos brasileiros. Isso porque as diferentes regiões do país e as diversas camadas da população absorveram de forma desigual os padrões burgueses de comportamento, a modernidade e o consumo.

Cedo ou tarde, dependendo da cidade, o fato é que Hollywood revolucionou a moda e os costumes também no Brasil. Conforme Borges Pinto, estes passaram a ser apreendidos não mais na tradição familiar ou no contato com os meios tradicionais de

educação (escola, Igreja, catecismo, etc), mas tendo como intermediário o cinema, que trazia para os espectadores um novo mundo a ser imitado. Às vezes, o moderno ultrapassava limites, chegava ao exagero. É o caso dos tipos dos personagens do cinema. O mais emblemático é o tipo "vamp" (forma abreviada de vampiro). Nos filmes, a "vamp-moderna" usava roupas de Paris, dirigia carros em alta velocidade, jogava tênis, dançava, bebia gim... Nas palavras de Borges Pinto, seu maior "veneno demolidor" era sua própria característica como personagem feminino, uma vez que desestabilizava a família e desafiava os preceitos da moral cristã. Na análise da pesquisadora, a "vamp" era mesmo um contraponto aos costumes ditos modernos, sugerindo uma liberdade um tanto quanto excessiva e um conseqüente questionamento das regras sociais.

Na visão de Borges Pinto, fica muito claro que as mulheres estavam reelaborando seus papéis na sociedade moderna. As revistas de cinema apresentavam repetidas vezes artigos sobre mulheres identificadas com a juventude e a modernidade em si. O cinema e a mulher moderna andavam lado a lado:

A cultura de massa, especialmente o cinema, apelava para essa imagem feminina, pois ela se opunha frontalmente às mulheres do lar provinciano, arcaico, e representava antes de tudo a mulher moderna, que trabalha fora e que participa ativamente da vida pública. (BORGES PINTO, 1999: 159)

Numa cidade ainda provinciana como Fortaleza, em que os católicos eram maioria, ficava difícil aceitar as "ousadas" femininas. Para os conservadores de plantão, apoiados pelo jornal *O Nordeste*, a má influência dos costumes americanos era constantemente alvo de ataques moralistas.

A mulher, essa trabalhadora do lar

Muito esclarecedor, sobre o papel que a Igreja gostaria que fosse exercido pela mulher, é o artigo do Padre Tabosa, publicado na primeira página de *O Nordeste*, no dia oito de agosto de 1924. Seu título já sugere o conteúdo abordado: *A mulher forte do Evangelho*. O autor encontra no Livro dos Provérbios "conselhos muito sábios e preciosos para a mulher que se acha à frente de uma missão importante na face da terra". Exemplo de um deles, considerado pelo padre um texto riquíssimo de sabedoria: "A mulher forte madrega e distribue o alimento e o trabalho aos seus domesticos"



(Jornal *O Nordeste*, p.01, 08/08/1924)

O papel da mulher, de acordo com o Padre Tabosa, é valoroso, na medida em que a dona-de-casa deve incorporar a responsabilidade de ser a mola-mestra do bom funcionamento do lar:

Ella é comparada ao sol que, despontando cedo no interior da casa, illumina com a sua presença os negócios mais obscuros, dissipa as duvidas mais tenebrosas, aquece os temperamentos frios, excita para o trabalho os indolentes e influe efficazmente sobre todos e sobre tudo, nada escapando á vigilancia da mulher compenetrada dos seus deveres augustos. (Jornal *O Nordeste*, p.01, 08/08/1924)

O que podemos perceber claramente, a partir desse trecho do artigo, é que a chamada "mulher forte", apesar de oprimida, também era opressora naquele espaço privado em que era "rainha" - o lar. Conforme Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994), "(...) as mulheres brasileiras das classes mais abastadas, apesar de muitas vezes oprimidas por seus pais e/ou esposos, não deixaram de influenciar e oprimir aqueles que estavam sob seu domínio - o da casa - , como os escravos, agregados e empregados domésticos". (ROCHA-COUTINHO, 1994: 18)

Ainda segundo o artigo publicado em *O Nordeste*, à mulher cabe outra missão, estando sempre atenta à hierarquia familiar, própria da sociedade patriarcal da época: "a mulher forte sabe transformar todos de sua casa em verdadeiros membros da família, sem violar aquelles naturaes direitos, de gradações" (Jornal *O Nordeste*, p.01, 08/08/1924). Entrelinhas, fica claro o respeito e a obediência (e, por que não dizer, subserviência), principalmente em relação aos homens da casa.

A mulher, considerada "rainha do lar", reina no ambiente doméstico, portanto, no espaço privado, enquanto que o homem dedica-se à esfera pública. A "estratégia" dos detentores do poder em alocá-la dentro de casa é excludente, na medida em que a impede de uma participação mais efetiva na sociedade.

De acordo com Carla Bassanezi (1993), o casamento define direitos e atribuições diferentes com relação aos gêneros, o que se traduz em desigualdades e dominação do homem sobre a mulher:

No modelo dominante de família na época enfocada, as distinções de gênero delegam aos homens autoridade e poder sobre as mulheres e são considerados os "chefes da casa". As mulheres, por sua vez, são definidas a partir dos papéis femininos tradicionais (prioritariamente mães, donas de casa e esposas, vivendo em

função do outro, o homem) e das características "próprias das mulheres" englobadas no termo "feminilidade" (pureza, doçura, resignação, instinto materno, etc). Aos pais de família cabe sustentá-la com seu trabalho, enquanto que as esposas devem se ocupar das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos e da atenção ao marido. (BASSANEZI, 1993: 114/115)

Enclausurada nos limites do lar, um espaço privado marcado pela sentimentalização e considerado socialmente como subalterno, a mulher se anula enquanto pessoa:

Sua dedicação exclusiva ao trabalho doméstico impede ou dificulta a participação autônoma das mulheres nos espaços públicos, que ficam restritos aos homens, levando-as a uma marginal idade social (...) Elas passam a viver para os outros e não para si mesmas e sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como pessoa. (BASSANEZI, 1993: 114/115)

Porém, vale salientar que, no âmbito da casa, a mulher é autoridade sobre os filhos, a família e os empregados, cabendo a ela, inclusive, a educação das crianças. Rocha-Coutinho afirma que a mulher toma-se detentora de uma nova forma de poder - sobre os bens simbólicos dos filhos. Dessa forma, "(...) ela se toma produtora de sentido, nomeadora de seus atos e sentimentos, produtora de mandos e dúvidas. Este poder, por ser simbólico, não é menos opressivo". (ROCHA-COUTINHO, 1994: 34)

O novo casamento, formador da família burguesa moderna, que tem como base o amor e a liberdade de escolha, passa a ser considerado o lugar privilegiado da felicidade e da ternura. A procriação será o ponto alto do matrimônio. Nessa família nuclear, portanto, a mãe adquire grande importância. Tudo conspira para que a mulher fique cada vez mais "presa" em casa:

A fim de se assegurar a permanência no espaço fechado do lar, começam, a partir de então, a ser demarcadas para as mulheres certas características e capacidades especificamente femininas, entre elas a relação natural com a criança, que elevou a maternidade à função primeira de toda mulher e, mais que isso, atribuiu ao sentimento materno um "caráter inato" (...) (ROCHA-COUTINHO, 1994: 36)

Além de alimentar e cuidar fisicamente dos filhos, a mulher também deve saber educá-los. Junto com a escola, a mãe atua na vigilância e no controle das crianças. Exatamente por conta da sua atuação como educadora dos filhos, a mulher será



pressionada pela própria família e pela sociedade em geral para se manter confinada entre as quatro paredes do lar.

Mais adiante, no artigo de *O Nordeste*, Padre Tabosa reforça qual o "lugar certo" para a mulher: "A Bíblia nos mostra, antes de tudo, a mulher forte, no interior da sua casa, pondo todas as cousas em ordem, alegrando almas, consolando corações, tranquillizando consciências e confortando a todos, nos momentos difíceis, nas ocasiões dolorosas da vida". (Jornal *O Nordeste*, p.01, 08/08/1924) Esse tipo de discurso católico reforça a divisão tradicional entre homens e mulheres, cabendo aos homens o espaço público, lugar da realização profissional e de onde provinha o sustento da família, ao passo que às mulheres restava o espaço privado do lar, em que elas deveriam se esmerar num cuidado muitas vezes exagerado com a casa e a família.

Adriane de Mello Boff (1994) afirma que no código de honra, várias vezes explicitado na literatura antropológica, os papéis são bem definidos:

(...) O homem deve assumir o papel de provedor e em troca tem o afeto exclusivo da mulher, que deve zelar pelo estabelecimento do conforto do lar. No idioma da honra, a mulher deve mostrar-se "sincera", "caseira" - qualidades associadas à reserva e à "decência" na relação com o parceiro; o homem deve mostrar-se "trabalhador", um sujeito que "assume o compromisso com a casa" - qualidades que descrevem disposição viril. (BOFF, 1994: 180/181)

Em outro trecho do artigo de *O Nordeste*, aparece outra tarefa da mulher - a responsabilidade pelo controle das finanças da família: "A sua alma deve ser um tesouro inexgotável de paz e de alegria. O esposo ganha, amontoa em casa e ella deve economizar e distribuir. No interior da casa - onde é rainha - executa, com intelligencia, todos os planos economicos e resolve todas as questões de harmonia e de concordia" (Jornal *O Nordeste*, p.01, 08/09/1924). O artigo do diário católico faz um "alerta" (para não dizer ameaça) " às mulheres que não cumprem com seus "deveres de casa":

E todas as vezes que a mulher "não prepara o linho e a lã, não fiscaliza os serviços que se executam em casa, e não madruga" perde muito de sua soberania e causa prejuízos incalculáveis ao seu marido e a sua família. Deixando de proceder assim, não se consagrando devéras aos misteres da casa, distraíndo as suas melhores energias com a cultura do luxo exagerado das vaidades frívolas, não conseguirá jamais manter o equilíbrio economico e muito menos a harmonia e paz do seu governo. (Jornal *O Nordeste*, p.01, 08/08/1924)

Padre Tabosa prossegue, chamando atenção para as conseqüências das omissões das mulheres: "Não há domésticos que saibam obedecer, à risca, as ordens de patroas que não vão a dispensa, que não fiscalizam a cozinha e que não examinam as compras diárias do mercado (...) Quantas desordens economicas e quantas perturbações moraes não se lamentam todos os dias por falta de tino e de senso pratico das mães!" (Jornal *O Nordeste*, p.01, 08/08/1924)

Rocha-Coutinho afirma que todos os méritos e toda a culpa pelo sucesso ou fracasso alcançado pelo filho cabiam à mãe. Assim sendo, segundo a autora, como resultado dessa grande responsabilidade, as mulheres passaram a controlar mais os filhos e a dedicarem-se a eles em tempo integral. A reflexão que Rocha-Coutinho faz sobre a figura da mãe, projeta-se também sobre a professora, uma outra mulher responsável pela educação e o encaminhamento social.

Este ideal de maternidade, desenvolvido no século XVIII e amplamente reforçado pelas teorias científicas do século XIX (...), não se ateve apenas à mulher enquanto inserida na família. Ele estendeu-se também à mulher nas profissões assistenciais e educacionais (como professora de crianças e enfermeira, por exemplo), consideradas profissões femininas exatamente por estarem ligadas, em essência, ao papel de mãe substituta. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 38)

Em seu artigo no periódico católico, o próprio Padre Tabosa compara a mãe e a professora. "A escola é um lar ampliado: a professora é uma espécie de mãe de seus alunos, donde a grande semelhança entre os seus deveres e os deveres das mães" - escreve o padre.

É importante ressaltar que o discurso católico é muito bem engendrado, valendo-se, inclusive, de fontes bíblicas, a fim de justificar o enquadramento da mulher em determinados papéis rigidamente estabelecidos. De fato, havia padrões a seguir, regras a cumprir, perfis nos quais se encaixar, sob pena de ficar à margem do que a Igreja considerava "mulher de bem".

Considerações finais

Fica evidente que a Igreja católica no Ceará tinha firme intenção de disciplinar o comportamento feminino nos anos 1920, 1930 e 1940. Para isso, valia-se do seu

periódico - porta-voz "oficioso" da Arquidiocese -, o jornal *O Nordeste*. As regras da moral cristã para enquadrar a mulher eram explícitas e apareciam nos textos dos editoriais, artigos ou notas. Porém, podiam ser transmitidas também implicitamente, nas entrelinhas do jornal.

Em razão da grande ascendência que o periódico exercia na sociedade da época, foi significativa sua atuação como veículo moralizante e disciplinador da mulher, que estava aparentemente insubordinando-se e contrariando as rígidas normas católicas de "boa conduta". A partir da leitura e estudo do discurso do jornal, infere-se que as fortalezenses vinham aderindo à moda importada de Paris, não só nas roupas, mas também nos cortes de cabelo, na maquiagem, nas atitudes, nas novas sociabilidades que se estabeleciam à proporção em que os novos meios de comunicação se expandiam em Fortaleza.

A Igreja taxava as novidades introduzidas pelo cinema de "modernismos indecentes". Roupas transparentes, decotes exagerados, ombros descobertos, cabelos curtos, eram motivos suficientes para repreensões e censura moral, desferidas por intermédio de *O Nordeste*. O discurso dos redatores do jornal reforçava os sermões dos padres nos púlpitos e vice-versa. O clero, aliás, era o maior propagandista do diário católico, recomendando a seus fiéis que não deixassem de lê-lo, de preferência que fizessem assinaturas do periódico.

Mais preocupante do que as novidades da moda era a mudança de comportamento das mulheres. Cansadas de viverem "enclausuradas" em casa, mesmo que cortejadas como "rainhas do lar", elas descobriram que o espaço público não deveria ser apenas dos homens. Ousaram inclusive competir com eles no mercado de trabalho, extrapolando as profissões "femininas", como a de professora e a de enfermeira.

Para desespero de pais, namorados, noivos e maridos, elas não queriam mais ser "apenas" esposa, dona-de-casa e mãe. Muitas já não almejavam mais o casamento, preferindo arranjar um emprego, cujo salário lhes permitisse uma divertida vida de solteira. Assim sendo, tornaram-se ameaça aos homens, desrespeitando suas regras, competindo com eles, subvertendo a ordem estabelecida pela sociedade patriarcal.

As transgressões das mulheres eram punidas com editoriais contundentes e artigos incisivos dos jornalistas católicos ou dos próprios sacerdotes que colaboravam com o periódico. Os textos de conteúdo disciplinador, direcionados ao "bello sexo", foram encontrados nas páginas de *O Nordeste* nos mais variados formatos jornalísticos.



A mensagem repressora era "camuflada" também na forma de reportagem, resenha de filme, crônica e até poesia.

O maniqueísmo permeia o discurso jornalístico, ao criar a imagem da mulher "perfeita" - aquela que se dedica inteiramente à casa, ao marido e aos filhos -, em contraste com a mulher "perdida" - a que se deixou levar pelas "tentações" da vida mundana, trocando o lar pelas festas, casas de chá e viagens. Apesar da repressão moral na esfera pública, ditada pelo jornal *O Nordeste*, e no espaço doméstico, regido pelas mesmas convenções sociais, a mulher das décadas de 1920, 1930 e 1940 mostrou-se ousada, corajosa e desafiadora. Percorrido o longo processo emancipatório, era de se esperar o que se preconizava na época do Iluminismo: igualdade para todos. No entanto, no cotidiano atual das mulheres, seja no espaço público ou privado, ainda existem trevas, resquícios de repressão moral, bloqueios, vergonhas mal resolvidas, temores inexplicáveis, medos inconsistentes - atitudes e sentimentos que afloram em situações-limite -, que contrastam claramente com a liberação sexual e a conquista de espaço, principalmente profissional, historicamente alcançado.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Erick Assis de. **Conservadorismo e desordem na cidade de Fortaleza** (1940-1945). Recife: UFPE, Dissertação de mestrado, 1995.
- BAHIA, Juarez. **Três fases da imprensa brasileira**. Santos, 1960.
- BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). In **Cadernos Pagu**. n° 01 Campinas: IFCH-Unicamp, 1993.
- BOFF, Adriane de MeIo. Histórias de (des)amores no "namoro do rádio": afetos e narrativas. In **Cadernos Pagu**. n° 03 Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.
- BORGES PINTO, Maria Ignez Machado. Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20. In **Revista Brasileira de História**. n° 38. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1999.
- COSTELLA, F. Antônio. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- JORNAL O Nordeste**. Fortaleza, 1922 - 1967.
- KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.
- PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. 2ªed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reforma urbana e controle social** (1860-1930). 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- RAGO, Margareth. A sexualidade feminina entre o desejo e a norma: moral sexual e cultura literária feminina no Brasil, 1900-1932. In **Revista Brasileira de História**. n° 28. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.



ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANT'ANA, Denise Bernuzzi de. (org.) **Políticas do corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4^a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício. Disponível em

http://www.espacoacademico.com.br/22mt_081277.htm - Copyright © 2001-2003 –
acessado em 12.04.2